



**TERRITÓRIO.** EUA definem denominações como designações semigenéricas e recusam a característica intrínseca do Porto, Jerez ou outra que é a ligação a uma região demarcada

# Porto, Champagne e Jerez unem esforços contra EUA

**As denominações de origem exigem a Bruxelas protecção contra imitações**

■ ILÍDIA PINTO

Porto, Champagne e Jerez uniram-se para exigir de Bruxelas a protecção das denominações de origem no âmbito do acordo bilateral em negociação com os EUA.

Em carta enviada à comissão europeia da Agricultura, os responsáveis dos vários organismos interprofissionais das três denominações de origem solicitam a Fischer Boel uma audiência urgente e manifestam a sua preocupação perante a última versão da proposta de acordo apresentada por Bruxelas nas negociações do acordo bilateral de vinhos com os EUA. Em causa está o facto de a proposta da UE não assegurar a protecção das várias denomina-

ções de origem, sendo que os subscritores da carta – os presidentes do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, Associação das Empresas do Vinho do Porto, Consejo Regulador Jerez-Xérès-Sherry y Manzanilla Sanlúcar de Barrameda y Vinagre de Jerez, Federación de Bodegas del Marco de Jerez, Président des Vignerons et Président des Maisons du Comité Interprofessionnel du Vin de Champagne – deixam claro que não poderão, “em qualquer circunstância”, aceitar a ver-

são apresentada pela Comissão.

Champagne, Madeira, Porto e Jerez são denominações de origem históricas “cuja origem a Europa tem de defender numa base universal”, defendem. Protecção que, consideram, “parece ter sido deixada para uma segunda fase mas que não está suficientemente garantida, nem nos seus termos, prazos ou níveis negociais”. O que leva os seis subscritores a deixar claro que pretendem que a Comissão Europeia, “que negociou este acordo,

encontre soluções e formas alternativas para estas denominações de origem que tão prejudicadas serão pelo acordo”.

Recorde-se que a UE e os EUA vêm protelando desde 1994 a assinatura de um acordo bilateral de comércio de vinhos, uma demora estratégica para ambas as partes, reconhece Jorge Monteiro, presidente do Instituto dos Vinhos do Douro e Porto. Por um lado, porque “os interesses comerciais que dominam este acordo são europeus”, dado que os EUA são fundamentalmente importadores de vinho e não exportadores. Por outro, os EUA “são o país que mais resistência oferece à tutela das denominações de origem, não só no plano bilateral mas, em especial, no campo da propriedade intelectual no seio da Organização Mundial do Comércio”, frisa. Ou seja, “qualquer cedência num acordo bilate-